



**CLIPPING INTERNET**  
**13/06/2021 ATÉ 13/06/2021**



# INDÍCE

---

1	INSTITUCIONAL	
	1.1 BLOG LUDWIG ALMEIDA.....	1
2	JUÍZES	
	2.1 SITE O MARANHENSE.....	2
3	POSSE	
	3.1 SITE O MARANHENSE.....	3
4	PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE)	
	4.1 SITE O MARANHENSE.....	4
5	SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	
	5.1 SITE O MARANHENSE.....	5
6	SERVIDOR PÚBLICO	
	6.1 BLOG DO DJALMA RODRIGUES.....	6
7	VARA CRIMINAL	
	7.1 SITE PORTAL CN1.....	7
8	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
	8.1 BLOG LUDWIG ALMEIDA.....	8
	8.2 SITE JORNAL PEQUENO.....	9
	8.3 SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	10
	8.4 SITE O MARANHENSE.....	11

# PT se fortalece e dá salto de qualidade com o ingresso de Felipe Camarão

Publicado em 13 de junho de 2021 por djalmarodrigues

O ingresso do secretário de Educação do Estado, Felipe Camarão, nos quadros do PT, é um dos assuntos mais comentados nos círculos políticos locais. Como não poderia deixar de ser, provocou polêmicas e alguns descontentamentos internos, por motivos óbvios. Felipe Camarão, que vem estabelecendo uma administração extremamente competente e bastante dinâmica, se transformou numa figura de destaque na esfera política do Maranhão. Na bolsa de apostas, é pule de 10 sobre sua condição de favoritos para despontar como um dos mais votados na disputa a uma vaga na Câmara Federal no próximo ano.

Tem uma trajetória brilhante na vida pública. Sem contar que foi o mais jovem dirigente do Procon do Estado, é procurador-federal e professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), por concurso público. Antes, já havia sido servidor concursado do Tribunal de Justiça do Maranhão. Além de ser secretário de Educação, é, também, o presidente da Fundação da Memória Republicana.

No governo de Flávio Dino, é conhecido como um “coringa”. Antes de assumir a Educação, foi secretário de Administração e Previdência, da Cultura e de Governo. Ele chega no PT levando na bagagem a marca da competência, do entusiasmo, da seriedade e da lealdade. Desponta como uma das principais lideranças políticas jovens do Maranhão

À frente da Seduc, em pouco tempo, Camarão ostenta um volumoso trabalho, que se projeta através da inauguração de mais de 1.100 unidades escolares, dentro do programa Escola Digna, o que se constitui numa autêntica revolução educacional no Estado.

Sempre obedecendo as diretrizes traçadas pelo governador Flávio Dino, Felipe Camarão conseguiu, mais uma vez melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), atingindo a pontuação 3,7. Tal meta representa a terceira colocação entre os estados nordestinos. Na rede estadual na capital, ultrapassou a projeção do Ministério da Educação, figurando entre as 6 melhores colocações no País, com 4,1. É a maior marca já alcançada na história das escolas da rede pública estadual maranhense.

Com Felipe Camarão em suas fileiras, o PT se fortalece e dá um grande salto de qualidade, conforme a avaliação dos mais credenciados analistas políticos maranhenses.

# Assembleia realiza última escuta pública para revisão do Código Estadual do Meio Ambiente

12/06/2021 00:00:00

Comissão realizou a quinta e última escuta pública que discute a revisão do Código Estadual do Meio Ambiente

Com tema "Administração Ambiental e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável", a comissão de juristas instituída pelo presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PC do B), realizou na última quinta-feira (10), a quinta e última escuta pública que resultará na revisão do Código Estadual do Meio Ambiente. A videoconferência foi transmitida pelo canal da TV Assembleia no YouTube.

A reunião, presidida pelo promotor de Justiça Fernando Barreto, foi mediada pela advogada e professora Isabela Pearce e contou com a participação do juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca de São Luís, do advogado e professor universitário Sálvio Dino Júnior e de representantes das cidades de Santo Amaro e Paço do Lumiar, além de professores da rede municipal.

## Anteprojeto

A comissão, formada por 15 membros representantes de diversos setores, como integrantes dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), do Ministério Público e OAB/MA, informou que, no prazo de 180 dias, apresentará a minuta de um anteprojeto de lei com vistas à atualização da legislação ambiental do Estado, regida pela Lei 5.405, de 1992 e que nunca passou por revisão.

Entusiasta do projeto, o engenheiro eletricista Cláudio Martins, representante do setor da energia solar, ressaltou a importância da comissão e disse que a mobilização da Assembleia Legislativa e de outros setores pode, inclusive, refletir nos demais estados.

"Essa mobilização é muito interessante, até porque há grupos agindo para provocar um retrocesso no que diz respeito ao marco regulatório da área de energias renováveis, instituindo absurda tributação para as empresas que atuam na área e inviabilizando os projetos, como forma de proteção à atual forma de captação e comercialização de energia. Se isso acontecer, continuaremos pagando muito caro pela energia elétrica analógica, o que é um perigo para o meio ambiente. O nosso código ambiental também precisa de urgentes mudanças", afirmou Cláudio Martins.

Os professores Celso Bekman e Raimundo Barata manifestaram-se favoráveis à renovação do Código Ambiental do Maranhão, enquanto a participante Monalisa Silva levou para o debate o uso de bicicletas como transporte alternativo, ideia que recebeu elogios do advogado Sálvio Dino.

## Elogios

O secretário de Meio Ambiente de Santo Amaro, Orlando Ramos, e o presidente do Conselho Municipal do Turismo do município, Matteo Sousinir Pereira, elogiaram os trabalhos da comissão e ressaltaram que turismo e meio ambiente são áreas interligadas. A participante Gisele Ferreira mostrou interesse em encaminhar um texto à comissão, como forma de auxiliar a elaboração do projeto.

Ao final, o juiz Douglas Martins e o promotor Fernando Barreto avaliaram como extremamente positivos os trabalhos que lhes foram delegados pelo presidente da Assembleia Legislativa, Othelino Filho.

"Achei interessante, por ser uma forma de ação coletiva, com participantes mostrando total interesse e enfatizando a iniciativa de colaborar com o encaminhamento de textos para auxiliar na formatação do trabalho final", disse o juiz Douglas de Melo Martins.

O promotor Fernando Barreto agradeceu ao presidente Othelino Neto e a todos que participaram. "Foi uma forma de trabalho democrático, aglutinando praticamente todos os segmentos. Esse engajamento foi impressionante e mostra como a sociedade está preocupada com a questão ambiental. O presidente da Assembleia Legislativa estipulou o prazo de 180 dias para a apresentação da minuta do projeto de revisão e esse prazo nós teremos que cumprir", finalizou o representante do Ministério Público.

## Assembleia realiza última escuta pública para revisão do Código Estadual do Meio Ambiente

12/06/2021 00:00:00

Comissão realizou a quinta e última escuta pública que discute a revisão do Código Estadual do Meio Ambiente

Com tema "Administração Ambiental e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável", a comissão de juristas instituída pelo presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PC do B), realizou na última quinta-feira (10), a quinta e última escuta pública que resultará na revisão do Código Estadual do Meio Ambiente. A videoconferência foi transmitida pelo canal da TV Assembleia no YouTube.

A reunião, presidida pelo promotor de Justiça Fernando Barreto, foi mediada pela advogada e professora Isabela Pearce e contou com a participação do juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca de São Luís, do advogado e professor universitário Sálvio Dino Júnior e de representantes das cidades de Santo Amaro e Paço do Lumiar, além de professores da rede municipal.

### Anteprojeto

A comissão, formada por 15 membros representantes de diversos setores, como integrantes dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), do Ministério Público e OAB/MA, informou que, no prazo de 180 dias, apresentará a minuta de um anteprojeto de lei com vistas à atualização da legislação ambiental do Estado, regida pela Lei 5.405, de 1992 e que nunca passou por revisão.

Entusiasta do projeto, o engenheiro eletricista Cláudio Martins, representante do setor da energia solar, ressaltou a importância da comissão e disse que a mobilização da Assembleia Legislativa e de outros setores pode, inclusive, refletir nos demais estados.

"Essa mobilização é muito interessante, até porque há grupos agindo para provocar um retrocesso no que diz respeito ao marco regulatório da área de energias renováveis, instituindo absurda tributação para as empresas que atuam na área e inviabilizando os projetos, como forma de proteção à atual forma de captação e comercialização de energia. Se isso acontecer, continuaremos pagando muito caro pela energia elétrica analógica, o que é um perigo para o meio ambiente. O nosso código ambiental também precisa de urgentes mudanças", afirmou Cláudio Martins.

Os professores Celso Bekman e Raimundo Barata manifestaram-se favoráveis à renovação do Código Ambiental do Maranhão, enquanto a participante Monalisa Silva levou para o debate o uso de bicicletas como transporte alternativo, ideia que recebeu elogios do advogado Sálvio Dino.

### Elogios

O secretário de Meio Ambiente de Santo Amaro, Orlando Ramos, e o presidente do Conselho Municipal do Turismo do município, Matteo Sousinir Pereira, elogiaram os trabalhos da comissão e ressaltaram que turismo e meio ambiente são áreas interligadas. A participante Gisele Ferreira mostrou interesse em encaminhar um texto à comissão, como forma de auxiliar a elaboração do projeto.

Ao final, o juiz Douglas Martins e o promotor Fernando Barreto avaliaram como extremamente positivos os trabalhos que lhes foram delegados pelo presidente da Assembleia Legislativa, Othelino Filho.

"Achei interessante, por ser uma forma de ação coletiva, com participantes mostrando total interesse e enfatizando a iniciativa de colaborar com o encaminhamento de textos para auxiliar na formatação do trabalho final", disse o juiz Douglas de Melo Martins.

O promotor Fernando Barreto agradeceu ao presidente Othelino Neto e a todos que participaram. "Foi uma forma de trabalho democrático, aglutinando praticamente todos os segmentos. Esse engajamento foi impressionante e mostra como a sociedade está preocupada com a questão ambiental. O presidente da Assembleia Legislativa estipulou o prazo de 180 dias para a apresentação da minuta do projeto de revisão e esse prazo nós teremos que cumprir", finalizou o representante do Ministério Público.

## **Justiça obriga Latam a transportar radiofármacos do Sudeste para o Maranhão**

Decisão foi tomada, após ação movida pela Defensoria Pública do Estado.

Fonte: Luciene Vieira

Data de publicação: 13/06/2021

O juiz Douglas Martins determinou que a Latam volte a transportar medicamentos de São Paulo para o Maranhão (Foto: Divulgação)

O juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Direitos Difusos e Coletivos de São Luís, decidiu que a Latam Cargo Brasil deve continuar a transportar radiofármacos, que são produzidos no Sudeste, para São Luís, no Maranhão.

A decisão foi proferida após uma Ação Civil Pública, movida Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), devido à Latam ter suspenso o serviço de transporte dos radiofármacos, necessários para a realização de Iodoterapia, necessária ao tratamento de hipertireoidismo.

De acordo com a DPE-MA, a interrupção no traslado diário dos insumos fez com que pacientes oncológicos enfrentassem a demora no agendamento de seus tratamentos ou mesmo a suspensão do serviço de Medicina Nuclear no ambiente do Hospital Aldenora Bello.

“O Aldenora Bello e a Clínica de Endocrinologia e Medicina Nuclear do Maranhão, que prestam serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS), ficaram impossibilitados de continuar realizando o tratamento de pacientes. As pessoas sem condições de ir para hospitais privados, de alguma maneira, sem o tratamento, ficariam condenadas à morte”, destacou Douglas Martins.

Ainda no mês de maio deste ano, o núcleo especializado na Defesa da Saúde da DPE/MA recebeu denúncias de usuários do SUS, que realizam tratamento oncológico e exames com radiofármacos, em São Luís, reclamando dos transtornos enfrentados no Hospital Aldenora Bello.

### **SUSPENSÃO EM MARÇO**

Ao entrar em contato com a Fundação Antônio Jorge Dino e a Clínica de Endocrinologia e Medicina Nuclear do Maranhão, responsáveis pela compra e aplicação dos insumos, a Defensoria Pública foi informada que a companhia aérea Latam havia resolvido, por decisão unilateral, suspender o transporte dessas substâncias.

A Latam comunicou à clínica, em dezembro de 2020, que, a partir de 15 de março de 2021, iria suspender o transporte dos insumos radioativos e não informou os motivos.

Tendo em vista que nenhum dos insumos é produzido na região Nordeste e a interrupção do serviço de

transporte e a consequente suspensão do serviço de tratamento e diagnóstico podem provocar prejuízos graves a centenas de pessoas, a Defensoria Pública ingressou na Justiça.

A ação, ajuizada pelo Núcleo de Defesa da Saúde, Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência, é assinada pelo defensor público Cosmo Sobral da Silva. O pedido foi remetido à Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís.

No pedido, a Defensoria requeria que a companhia aérea continuasse a transportar e não interrompesse o transporte dos radiofármacos (Gálio 67, Iodo 131 e Tecnécio 99m), diretamente dos centros produtores localizados na região Sudeste até São Luís, notadamente os radiofármacos utilizados pela Clínica de Endocrinologia, Diabetes e Medicina Nuclear do Maranhão Ltda / Hospital Aldenora Bello, atualmente única prestadora de serviços assistenciais para pacientes do SUS nesta capital, até o julgamento de mérito da ação, sob pena de multa diária de trinta mil reais.

# Justiça determina LATAM a transportar radiofármacos para o Maranhão

Em caso de descumprimento, a companhia aérea será condenada ao pagamento de multa no valor de R\$ 30 mil, por ocorrência.

Foto: Reprodução

Por: Da Redação com informações da DPE  
13 de Junho de 2021

A Vara de Direitos Difusos e Coletivos de São Luís determinou que a Latam Cargo Brasil deve continuar a transportar radiofármacos que são produzidos no Sudeste para São Luís. Em caso de descumprimento, a companhia aérea será condenada ao pagamento de multa no valor de R\$ 30 mil, por ocorrência.

O pedido foi realizado pela Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) em Ação Pública Civil movida contra a empresa após o traslado diário dos insumos ser interrompido e causar transtornos aos pacientes oncológicos, que vinham enfrentando demora de agendamento e até mesmo suspensão de seus tratamentos de Medicina Nuclear no Hospital Aldenora Bello. As denúncias para a Ação Pública Civil tomou como base as denúncias dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

“Nessa decisão, proferida em ACP movida pela Defensoria Pública, impomos à empresa Latam o retorno do transporte dos radiofármacos para garantir o tratamento conhecido como Iodoterapia, voltado aos pacientes com câncer de tireóide. As pessoas sem condições de buscar o serviço na rede privada ou mesmo se deslocar para outra cidade, estavam praticamente condenados à morte com a suspensão desse transporte”, afirmou o titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís., juiz Douglas Martins.

## Suspensão de Transporte

A Defensoria Pública foi informada através da Fundação Antonio Jorge Dino e da Clínica de Endocrinologia e Medicina Nuclear do Maranhão, responsáveis pela compra e aplicação dos insumos, que a Latam resolveu, por decisão unilateral, suspender o transporte das substâncias radioativas Gálio67, Iodo131 e Tecnécio99m, sem informar os motivos. A companhia aérea comunicou a clínica, em dezembro de 2020, que, a partir de 15 de março de 2021, iria suspender o serviço.

Nenhuma das substâncias são produzidas na região Nordeste do país e a interrupção do serviço de transporte e consequente suspensão do serviço de tratamento e diagnóstico poderiam provocar prejuízos graves a centenas de pessoas, segundo a DPE.

Os radiofármacos são medicamentos administrados, em sua maioria, por via intravenosa e utilizados em Medicina Nuclear para fins de diagnóstico e/ou terapia de doenças. O Iodo 131 é utilizado em tratamento de cânceres de tireóide e hipertireoidismo; o Tecnécio 99m, em diagnóstico de doença arterial coronariana, demências, epilepsias e distúrbios de função e obstrução renais; e o Gálio 67, em exames diagnósticos e de

estadiamento de diversos tipos de cânceres nos adultos e, principalmente, em crianças.

## **Presidente do TJMA empossa magistradas e magistrado**

13/06/2021 02:07:00

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, deu posse, nessa segunda-feira (7), à Manuella Viana dos Santos Faria Ribeiro como juíza auxiliar, na Comarca da Ilha de São Luís, de entrância final. A juíza foi promovida da 2ª Vara da Comarca de João Lisboa de entrância intermediária, pelo critério de antiguidade.

A juíza Luzia Madeiro Neponucena tomou posse na Vara Agrária da Comarca da Ilha de São Luís, para a qual foi removida, pelo critério de antiguidade. A magistrada estava como titular da 1ª Vara da Fazenda Pública do Termo Judiciário de São Luís.

Por meio de permuta, a magistrada Débora Jansen Castro Trovão, antes titular no Juizado Especial Criminal de Imperatriz, tomou posse no 1º Juizado Especial Cível da mesma jurisdição. A permuta foi feita com o juiz Paulo Vital Souto Montenegro, que foi empossado como titular do Juizado Especial Criminal de Imperatriz. A posse do juiz foi feita por meio de procuração à juíza Débora Jansen Castro Trovão.

Também por procuração, a juíza Mara Carneiro de Paula Pessoa tomou posse na Comarca de Guimarães, de entrância inicial, para qual foi removida, pelo critério de merecimento. A juíza estava como titular da Vara Única da Comarca de Mirinzal e o termo de posse foi assinado pelo juiz Holídice Cantanhede Barros.

## **Presidente do TJMA empossa magistradas e magistrado**

13/06/2021 02:07:00

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, deu posse, nessa segunda-feira (7), à Manuella Viana dos Santos Faria Ribeiro como juíza auxiliar, na Comarca da Ilha de São Luís, de entrância final. A juíza foi promovida da 2ª Vara da Comarca de João Lisboa de entrância intermediária, pelo critério de antiguidade.

A juíza Luzia Madeiro Neponucena tomou posse na Vara Agrária da Comarca da Ilha de São Luís, para a qual foi removida, pelo critério de antiguidade. A magistrada estava como titular da 1ª Vara da Fazenda Pública do Termo Judiciário de São Luís.

Por meio de permuta, a magistrada Débora Jansen Castro Trovão, antes titular no Juizado Especial Criminal de Imperatriz, tomou posse no 1º Juizado Especial Cível da mesma jurisdição. A permuta foi feita com o juiz Paulo Vital Souto Montenegro, que foi empossado como titular do Juizado Especial Criminal de Imperatriz. A posse do juiz foi feita por meio de procuração à juíza Débora Jansen Castro Trovão.

Também por procuração, a juíza Mara Carneiro de Paula Pessoa tomou posse na Comarca de Guimarães, de entrância inicial, para qual foi removida, pelo critério de merecimento. A juíza estava como titular da Vara Única da Comarca de Mirinzal e o termo de posse foi assinado pelo juiz Hólídice Cantanhede Barros.

## Quase 3 mil processos da Justiça de 1º Grau vão migrar do Projudi para o PJe

13/06/2021 05:04:00

Quase 3 mil processos eletrônicos da Justiça de 1º Grau, em tramitação no Sistema Projudi, vão migrar para o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe). A migração de todos os processos na fase de conhecimento ou execução em tramitação deve ser concluída no prazo de 60 dias úteis.

A migração abrangerá os processos judiciais que ainda estão pendentes de resolução ou execução nas varas, juizados especiais e turmas recursais do Maranhão, que devem fazer a inclusão desses autos na plataforma do PJe, utilizado pelo Poder Judiciário para a autuação e tramitação de processos virtuais.

Segundo informações da Assessoria de Informática da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), 2.896 processos tramitam no sistema Projudi, no âmbito dos juizados especiais e turmas recursais de São Luís e do interior do Estado. Desse total, 2.146 estão tramitando e 750 estão suspensos.

Conforme esse levantamento, a Turma Recursal Cível e Criminal de São Luís, com 498 processos, o Juizado Cível e Criminal do Maiobão (São José de Ribamar,) com 399, e o Juizado Especial do Trânsito da capital, com 299, são as unidades com maior demanda judicial registrada no sistema Projudi.

### PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Após o trânsito em julgado da sentença prolatada em demanda judicial autuada e processada no Sistema Projudi, a secretaria judicial do juizado promoverá a migração dos autos do processo judicial em que haja condenação pendente de cumprimento para o Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) do 1º Grau, no prazo máximo de 30 dias úteis.

A partir do dia 1º de julho, recursos contra sentenças em processos que ainda tramitem no ambiente do Projudi serão remetidos às Turmas Recursais, exclusivamente, pelo Sistema Processo Judicial eletrônico (PJe), sendo obrigatória a prévia migração dos autos para a instalação do PJe do 1º Grau.

Após a conclusão de todas as etapas de migração para o ambiente do PJe do 1º Grau, a remessa, o protocolo, o registro ou distribuição e a tramitação do recurso no âmbito da Turma Recursal, bem como a sua representação em formato digital e a prática dos atos processuais serão feitas exclusivamente por meio eletrônico, nos termos da Lei n. 11.419/2006, da Resolução CNJ 185/2013 e da Resolução TJMA n. 52/2013.

O Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral da Justiça (Portarias-Conjuntas - 15/2021 e 162021) consideraram, na medida, o interesse em promover a máxima efetivação do uso do sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, tanto para ações novas quanto para aquelas cuja autuação e tramitação ainda estejam sendo controladas por outras aplicações tecnológicas, a exemplo do Sistema Projudi.

Com a unificação da autuação e tramitação de todos os processos judiciais, físicos ou eletrônicos em uma plataforma única para processamento das demandas judiciais, o Poder Judiciário do Maranhão busca agilizar o processamento das ações e o atendimento às partes e advogados.

## MIGRAÇÃO

Para que seja feita a mudança dos processos, a secretaria judicial de cada vara, juizado ou turma recursal deverá migrar os autos do processo para o Sistema PJe do 1º Grau, promovendo a autuação com a classe judicial adequada e assunto relacionado; juntar aos autos digitais migrados os arquivos eletrônicos do conteúdo integral dos autos do processo autuado no Projudi, inclusive os de áudio e/ou vídeo produzidos; certificar nos autos do processo autuado no Projudi, atestando a migração para o PJe para continuação do processamento.

Quando for concluída a migração dos autos, a secretaria judicial deverá intimar as partes, por meio do advogado habilitado nos autos do processo, por publicação no Diário da Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), comunicando que, a contar dessa data, toda e qualquer manifestação nos autos do processo deverá ser feita por peticionamento eletrônico pela plataforma do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) do 1º Grau.

Nessa mesma comunicação processual disponibilizada e publicada no DJEN, deverá constar a intimação ao advogado habilitado no processo autuado no Sistema Projudi que, caso ainda não tenha acesso à Plataforma de 1º Grau do PJe, deverá providenciar o cadastro nesse sistema, de modo a regularizar a habilitação necessária para a prática de ato típico da advocacia.

## População de Tuntum ganha Unidade Interligada

Tuntum é mais um município maranhense a contar com uma Unidade Interligada de Registro Civil de Nascimento. A entrega foi feita na tarde desta sexta-feira (11/6) pela Corregedoria Geral da Justiça e órgãos que compõem a Rede de Cooperação para o Combate ao Sub-Registro. Instalada no Hospital das Clínicas, a Unidade possibilitará que crianças recém-nascidas recebam a Certidão de Nascimento antes da alta hospitalar.

A iniciativa faz parte do Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica, ação que o Maranhão teve renovada sua atuação no fim do ano de 2020. O objetivo é garantir o acesso imediato à Certidão de Nascimento, que permite a obtenção de outros documentos e assegura direitos fundamentais da pessoa humana, como saúde e educação.

A solenidade de entrega aconteceu em formato virtual, ainda em razão das medidas sanitárias de prevenção à Covid-19. Na oportunidade, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, lembrou que o combate ao sub-registro é uma pauta da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, que o Poder Judiciário brasileiro adotou.

"É inacreditável que ainda tenhamos no mundo pessoas que nasçam e não sejam reconhecidas pelo Estado. Temos que ter a visão muito clara de que a Certidão de Nascimento é passaporte de entrada dessas pessoas nas políticas públicas. Importante, também, que alcancemos o registro civil pleno, realizando um trabalho de mutirão para garantir a documentação básica para aqueles que já se encontram em idade avançada", frisou o corregedor.

Representando a Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular do Estado, a secretária adjunta, Beatriz Carvalho, disse que o órgão manterá seu empenho na pauta. Disse que a população de Tuntum ganha um serviço essencial, que garante a cidadania desde a primeira infância.

Fernando Pessoa, prefeito de Tuntum, falou da homenagem prestada ao pequeno Calebe Diniz, que faleceu há alguns anos, juntamente com sua mãe, quando esta dava à luz na maternidade. Ele elogiou o trabalho e o empenho da Serventia do 2º Ofício e garantiu o apoio da Prefeitura na continuidade dos serviços.

Na Comarca de Tuntum desde 2017, o juiz Raniel Nunes lembrou que o município possui muitos povoados, alguns distantes até 150 km da sede, e que o serviço na maternidade vai contribuir para que as mães que dão à luz na unidade de saúde possam retornar para casa com a Certidão de Nascimento. Segundo ele, uma importante e eficaz medida para combater o ainda alto índice de sub-registro.

Alcançar todos os estabelecimentos de saúde, públicos e privados, foi uma meta defendida pelo presidente da Associação de Registradores de Pessoas Naturais, Devanir Garcia. Para ele, a instalação de Unidade Interligada é uma política prioritária e garantidora do pleno exercício da cidadania. Garcia ainda destacou o engajamento

dos cartórios de registro civil do Maranhão na promoção da política.

Responsável pela condução dos trabalhos a partir da instalação, a cartorária do 2º Ofício de Tuntum, Acácia Figueira, disse que este é um momento importante para o Município e prometeu que a Unidade servirá como exemplo para o Maranhão.

"Não vamos poupar esforços para efetuar todos os registros das crianças aqui nascidas, que já sairão da maternidade com os seus direitos de cidadania garantidos. Garantimos que seremos exemplo de erradicação do sub-registro em nosso Estado", afirmou. <https://www.youtube.com/embed/0aKG6e8JIBo?rel=0>

## PRIMEIRO REGISTRO

O primeiro registro foi realizado logo após a instalação da Unidade Interligada, por volta das 16h. A emissão da Certidão de Nascimento foi possível porque os pais estavam com os respectivos documentos, necessários para registrar a criança. Denilson Paiva Silva e Jaciara Dias Xavier Paiva já poderão voltar para casa, no Povoado Arroz (20 km da sede) com o documento e os direitos do pequeno Ravi Xavier Paiva garantidos.

## REDE DE COOPERAÇÃO

No Maranhão, integram a rede de cooperação o Tribunal de Justiça; a Corregedoria Geral da Justiça; o Governo do Estado, por meios das secretarias de Direitos Humanos e Participação Popular e de Saúde; Ministério Público; Defensoria Pública; Federação dos Municípios; Associação dos Registradores de Pessoas Naturais; Poder Executivo municipal; e delegatários com competência para o registro civil de pessoas naturais.

Também estiveram presentes na solenidade o juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, Anderson Sobral; a juíza coordenadora do Núcleo de Registro Civil da Corregedoria Geral da Justiça, Jaqueline Caracas; a representante da Secretaria municipal de Saúde, Ana Isabel Azevedo; além da colaboradora que atuará na Unidade Interligada, Antônia Layane.

## **Assembleia realiza última escuta pública para revisão do Código Estadual do Meio Ambiente**

12/06/2021 23:59:00

Com tema "Administração Ambiental e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável", a comissão de juristas instituída pelo presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PC do B), realizou, na tarde desta quinta-feira (10), a quinta e última escuta pública que resultará na revisão do Código Estadual do Meio Ambiente. A videoconferência foi transmitida pelo canal da TV Assembleia no YouTube.

A reunião, presidida pelo promotor de Justiça Fernando Barreto, foi mediada pela advogada e professora Isabela Pearce e contou com a participação do juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca de São Luís, do advogado e professor universitário Sálvio Dino Júnior e de representantes das cidades de Santo Amaro e Paço do Lumiar, além de professores da rede municipal.

### **Anteprojeto**

A comissão, formada por 15 membros representantes de diversos setores, como integrantes dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), do Ministério Público e OAB/MA, informou que, no prazo de 180 dias, apresentará a minuta de um anteprojeto de lei com vistas à atualização da legislação ambiental do Estado, regida pela Lei 5.405, de 1992 e que nunca passou por revisão.

Entusiasta do projeto, o engenheiro eletricista Cláudio Martins, representante do setor da energia solar, ressaltou a importância da comissão e disse que a mobilização da Assembleia Legislativa e de outros setores pode, inclusive, refletir nos demais estados.

"Essa mobilização é muito interessante, até porque há grupos agindo para provocar um retrocesso no que diz respeito ao marco regulatório da área de energias renováveis, instituindo absurda tributação para as empresas que atuam na área e inviabilizando os projetos, como forma de proteção à atual forma de captação e comercialização de energia. Se isso acontecer, continuaremos pagando muito caro pela energia elétrica analógica, o que é um perigo para o meio ambiente. O nosso código ambiental também precisa de urgentes mudanças", afirmou Cláudio Martins.

Os professores Celso Bekman e Raimundo Barata manifestaram-se favoráveis à renovação do Código Ambiental do Maranhão, enquanto a participante Monalisa Silva levou para o debate o uso de bicicletas como transporte alternativo, ideia que recebeu elogios do advogado Sálvio Dino.

### **Elogios**

O secretário de Meio Ambiente de Santo Amaro, Orlando Ramos, e o presidente do Conselho Municipal do Turismo do município, Matteo Sousinir Pereira, elogiaram os trabalhos da comissão e ressaltaram que turismo e meio ambiente são áreas interligadas. A participante Gisele Ferreira mostrou interesse em encaminhar um

texto à comissão, como forma de auxiliar a elaboração do projeto.

Ao final, o juiz Douglas Martins e o promotor Fernando Barreto avaliaram como extremamente positivos os trabalhos que lhes foram delegados pelo presidente da Assembleia Legislativa, Othelino Filho.

"Achei interessante, por ser uma forma de ação coletiva, com participantes mostrando total interesse e enfatizando a iniciativa de colaborar com o encaminhamento de textos para auxiliar na formatação do trabalho final", disse o juiz Douglas de Melo Martins.

O promotor Fernando Barreto agradeceu ao presidente Othelino Neto e a todos que participaram. "Foi uma forma de trabalho democrático, aglutinando praticamente todos os segmentos. Esse engajamento foi impressionante e mostra como a sociedade está preocupada com a questão ambiental. O presidente da Assembleia Legislativa estipulou o prazo de 180 dias para a apresentação da minuta do projeto de revisão e esse prazo nós teremos que cumprir", finalizou o representante do Ministério Público.

## **PF desarticula facção suspeita de tráfico de drogas, armas, crimes violentos e lavagem de dinheiro no Maranhão e Piauí**

A Polícia Federal deflagrou, na quinta-feira(10), a Operação Hesíodo, com o objetivo de desarticular uma organização criminosa, com ramificação no Maranhão e em vários estados da federação, responsável por tráfico de armas, drogas, crimes violentos e lavagem de dinheiro.

A investigação faz parte do desdobramento de um inquérito policial instaurado inicialmente para investigar grupos criminosos com envolvimento em roubos contra instituições financeiras e a transportadoras de cargas no interior maranhense.

Durante o transcorrer das investigações, revelou-se, de forma incisiva, a existência, em algumas regiões do interior do Maranhão, de pessoas ligadas a uma facção criminosa com atuação em âmbito nacional.

No curso das investigações, foram conseguidos indícios que fazem acreditar que os investigados possam estar integrados à facção criminosa, ou, ao menos, auxiliarem em suas atividades ilícitas, especificamente dentro de células criminosas atuantes em determinadas cidades, como Caxias e Timon.

Os investigados teriam tarefas bem definidas dentro do grupo criminoso, alguns com a incumbência de serem o braço armado da organização, realizando cobranças de dívidas, outros por realizarem a venda de drogas e armas, e alguns por serem operadores financeiros para lavagem de dinheiro.

A Polícia Federal representou judicialmente perante o Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís, especializada em crimes praticados por organizações criminosas, tendo sido deferidos 24 mandados de busca e apreensão, 14 mandados de prisão temporária, além de constrição patrimonial.

Os mandados foram cumpridos nas cidades de Caxias, Timon, no Maranhão, e em Teresina, no Piauí. Participaram da operação 102 Policiais Federais, com apoio da Polícia Civil de São Luís, que utilizou cães farejadores, além dos grupos táticos do Comando de Operações Táticas (COT) e apoio aéreo do Comando de Aviação Operacional (CAOP), grupos esses especializados em operações de alto risco.

Os envolvidos, caso condenados, podem responder em tese pela prática de crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e posse ilegal de arma de fogo, tipificados, respectivamente, nos arts. 2º da Lei 12.850/13, art. 1º da Lei 9.613/96, art. 33, “caput” da Lei 11.343/06 e art. 12 da Lei 10.826/03.